

**FACULDADE DE TECNOLOGIA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO  
“ADIB MOISÉS DIB”**

ANDRESSA BEATRIZ GUETE DA SILVA  
ANTHONY MOURA CARVALHO  
MARIA LUÍSA RODRIGUES MATOS  
NIKELLY CARVALHO RODRIGUES DA SILVA  
TIMÓTEO DORETO ALBERTONI

**PLATAFORMA INFORMATIVA SOBRE OS PROJETOS DOS VEREADORES DE  
SÃO BERNARDO DO CAMPO**

São Bernardo do Campo - SP  
Dezembro/2022

**ANDRESSA BEATRIZ GUETE DA SILVA  
ANTHONY MOURA CARVALHO  
MARIA LUÍSA RODRIGUES MATOS  
NIKELLY CARVALHO RODRIGUES DA SILVA  
TIMÓTEO DORETO ALBERTONI**

**PLATAFORMA INFORMATIVA SOBRE OS PROJETOS DOS VEREADORES DE  
SÃO BERNARDO DO CAMPO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Tecnologia de São Bernardo do Campo “Adib Moisés Dib” como requisito parcial para a obtenção do título de Tecnólogo em Informática para Negócios.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Me. Jediane Teixeira de Souza

São Bernardo do Campo – SP  
Dezembro/2022

**ANDRESSA BEATRIZ GUETE DA SILVA  
ANTHONY MOURA CARVALHO  
MARIA LUÍSA RODRIGUES MATOS  
NIKELLY CARVALHO RODRIGUES DA SILVA  
TIMÓTEO DORETO ALBERTONI**

**PLATAFORMA INFORMATIVA SOBRE OS PROJETOS DOS VEREADORES DE  
BERNARDO DO CAMPO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Tecnologia de São Bernardo do Campo “Adib Moisés Dib” como requisito parcial para a obtenção do título de Tecnólogo em Informática para Negócios.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Me. Jediane Teixeira de Souza

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado e aprovado em: //

Banca examinadora:

---

Prof<sup>a</sup> Me. Jediane Teixeira de Souza, FATEC SBC – Orientadora

---

Prof. Me. Carlos Eduardo Luminatti, FATEC SBC – Avaliador

---

Prof. Me. Claudemir Martins da Silva, FATEC SBC - Avaliador

## RESUMO

A sociedade se manifesta cada vez mais para exercer o seu direito como cidadão para decidir em quem votar para representá-lo. A grande maioria dos moradores da cidade desconhece as atividades, comprometimentos e realizações de seus representantes não reconhecendo o impacto disso para o bem social. A proposta deste trabalho é construir uma plataforma informativa sobre as atividades dos vereadores da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo, referente ao mandato de 2017 a 2020, de uma forma limpa, clara e intuitiva, reconhecendo que muitas vezes os dados disponíveis são de difícil compreensão e interpretação, ressaltando a importância dos meios digitais para a informação das pessoas atualmente. Trata-se de uma pesquisa aplicada, composta por pesquisa bibliográfica para a discussão das contribuições de autores da área e pesquisa experimental, com vistas ao desenvolvimento do produto tecnológico. A Lei de Acesso à Informação (LAI) garante o acesso a dados e informações governamentais para todos os cidadãos, determina que todo órgão que adquira recursos públicos divulgue como esses recursos são utilizados e o porquê, representando participação na gestão pública e controle social, possibilitando que as pessoas acompanhem a utilização desses recursos. Um governo democrático, deve seguir de uma série de princípios que garantam a soberania popular, é de extrema importância a transparência, obrigando os agentes do Estado a prestar contas à sociedade. Esta iniciativa pode atuar como provedora de informação que permite a participação da sociedade nas atividades do Estado não apenas como instrumento de legitimação, mas também como fiscalizador das atividades públicas.

**Palavras-chave:** Câmara Municipal, Vereadores, Transparência Pública.

## ABSTRACT

A large part of society is increasingly manifesting itself to exercise its right as a citizen to decide who to vote to represent themselves. Every person needs sources that are easily accessible. Many city residents are unaware of the activities, commitments, and achievements of their representatives, not recognizing the impact of this for the social good. The purpose of this work is to build an information platform about the activities of the councilors of São Bernardo do Campo city council, referring to the term of office from 2017 to 2020, in a clear and intuitive way. This is applied research, composed of bibliographic research to discuss the contributions of authors in the area and experimental research, with a view to the development of the technological product. The Access to Information Law (LAI) guarantees access to government data and information for all citizens, determines that everybody that acquires public resources disclose how these resources are used and why, representing participation in public management and social control, enabling people to track the use of these resources. However, it is often difficult to access and understand the data. A democratic regime must follow a series of principles that guarantee popular sovereignty, the principle of transparency is fundamental, forcing State agents to be accountable to society. This initiative can act as a provider of information that allows society to participate in State activities, encouraging social control not only as an instrument of legitimation, but also as an oversight of public activities.

**Keywords:** City Council, Councilors, Public Transparency.

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	6
<b>1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	7
1.1 Câmara Municipal .....	7
1.2 A importância da participação dos cidadãos na gestão pública .....	8
1.2 As Tecnologias da Informação e da Comunicação na política .....	11
1.4 Ferramentas de desenvolvimento web .....	14
1.4.2 MySQL .....	15
1.4.3 WordPress .....	15
1.4.4 Hyper Text Markup Language .....	16
1.4.5 Cascading Style Sheets .....	16
<b>2 METODOLOGIA</b> .....	18
2.1 Classificação da pesquisa .....	18
2.1.1 Descrição do projeto .....	18
2.1.2 Etapas para o desenvolvimento do projeto .....	19
2.1.3 Etapas teóricas .....	19
2.1.4 Etapas práticas .....	20
<b>3 DESENVOLVIMENTO DO PROJETO</b> .....	23
3.1 Discussão teórica .....	23
3.2 Informações técnicas .....	24
3.3 Legalidade e Segurança das Informações .....	26
3.3 Roteiro do desenvolvimento .....	25
3.4 Resultados obtidos .....	29
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	30
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	31
<b>APÊNDICE – MANUAL DO USUÁRIO</b> .....	33

## INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a sociedade tem se manifestado cada vez mais para exercer seus direitos como cidadãos, devido à grande exposição por meio da internet e nas mídias em geral, das atividades dos políticos, das contribuições e atribuições do poder legislativo, para saberem em quem votar para representá-los. As pessoas recorrem a variedade de fontes que são facilmente possíveis de serem acessadas por meio eletrônico e de serem igualmente manipuláveis ou adulteráveis, dando origem a informações mentirosas ou popularmente conhecidas como *fake news*.

A proposta deste trabalho é construir uma plataforma informativa sobre as atividades dos vereadores da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo, referente ao mandato de 2017 a 2020, de forma clara e intuitiva.

A maioria dos moradores da cidade desconhece as atividades, comprometerimentos e realizações de seus representantes não reconhecendo o impacto disso para o bem social.

Ao reconhecer e ressaltar a importância dos meios digitais para a informação das pessoas atualmente, o projeto proposto terá grande valor social, sendo um site com a proposta de trazer de maneira limpa, clara e objetiva, informações sobre as atividades da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo.

Este trabalho se divide nas seguintes partes: Capítulo 1 – Fundamentação Teórica, no qual se discutem autores e teorias em que se baseia o projeto; Capítulo 2 – Metodologia, com as questões relativas ao planejamento do trabalho e com as etapas previstas para sua realização; Capítulo 3 – Desenvolvimento, em que é colocado o passo a passo da feitura da parte prática do projeto; por último, as Considerações Finais, com as discussões decorrentes de todo o processo.

## **1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Este capítulo traz as contribuições de autores que embasam este projeto de pesquisa.

### **1.1 Câmara Municipal**

O legislativo é um dos três poderes presentes em um estado democrático, para regular e fiscalizar as ações públicas de representantes, quando necessário. Segundo Mutti (2016), a Câmara é um órgão legislativo municipal que trabalha na formação de leis municipais, nas sessões extraordinárias realizadas nas quais ocorrem as formações de leis, projetos etc., vetadas ou aprovadas. É ela que fiscaliza as receitas e despesas do município, com o apoio de seus colaboradores e vereadores.

De acordo com o IBAM (2020), os vereadores são os representantes da Câmara Municipal e como agentes políticos não estão inclusos na regulamentação hierárquica, ou seja, não se enquadram por relações de emprego ao município, sendo considerados simplesmente como funcionários públicos, podendo serem destituídos do cargo caso não correspondam às condutas definidas na Lei Orgânica do Município.

Conforme destaca o IBAM (2020), são quatro funções que compõem as funções básicas da câmara, sendo a primeira e a que mais se destaca a legislativa, que consiste na elaboração de leis; a segunda função é a administrativa que trata de sua economia interna no que diz respeito o seu regimento interno, resoluções, decretos legislativos e qualquer outra modalidade executiva; a terceira é a fiscalizadora, controlando a execução contábil, financeira, orçamentária e patrimonial e a quarta e última função é o julgamento das contas apresentadas pelo prefeito, o vice-prefeito e os vereadores, quando estes cometem quaisquer infrações político-administrativas.

De acordo com a Câmara Municipal de São Paulo (2014) Art. 12 da lei orgânica do município “O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal, composta de 55 (cinquenta e cinco) Vereadores eleitos dentre os cidadãos maiores de 18 (dezoito) anos e no exercício dos direitos políticos”.



O IBAM (2020) também destaca que o outro papel que a Câmara Municipal pode desempenhar é solicitar a atenção dos Governos Estaduais ou Federais para problemas de interesse da comunidade, ou seja, contribuindo nas questões básicas e cooperando com outros poderes na busca de soluções para os problemas do Município e do bem-comum. A Câmara Municipal tem como dever atuar para o bem comum da sociedade, deixando de lado seus interesses pessoais, sempre buscando alcançar os interesses do município como um todo, para que todos sintam-se representados mediante as decisões do poder legislativo, considerando as questões culturais e políticas dos diversos setores sociais.

De quatro em quatro anos, a população vai às urnas para escolher seus representantes políticos, e no poder público municipal, têm-se como representantes: o prefeito, vice-prefeito e os vereadores. São esses que representarão e levarão as demandas ao poder legislativo da federação brasileira durante o mandato. O vereador é um representante dos que o elegeram, logo, terá várias funções no município, sendo a mais importante a fiscalização do poder executivo durante o seu mandato, com apoio legislativo e administrativo para execução de seu trabalho (Controladoria Geral da União, 2021).

## **1.2 A importância da participação dos cidadãos na gestão pública**

A participação dos munícipes em relação à fiscalização de seus representantes é de extrema importância, pois

A participação do cidadão na política vai além do próprio voto e, mesmo sem o incentivo formal do governo, existem diversas maneiras de se manter ativo e engajado na política. Uma delas é a Lei de Acesso à Informação (LAI), que tem como objetivo garantir que todos os cidadãos recebam informações que julgar interessante para todo e qualquer fim, dos órgãos públicos, que serão computadas e disponibilizadas no prazo da lei (CAMBRAIA, 2021, p. 15).

O interesse da população na fiscalização do legislativo é estabelecido ao decidir quais prioridades devem ser favorecidas em determinadas situações. A participação de cidadãos coloca em relevância as oportunidades para influenciar a vida política. É pela participação que os propósitos da sociedade são estabelecidos,

aumentando as vantagens perante as necessidades da população (ALVES; BERNARDO, 2012).

Domingues (apud MONTEIRO; PEREIRA; THOMAZ, 2016, p. 68), salientam que o controle social em sua forma disciplinada de natureza social, sinônimo de participação social nas políticas públicas e a fiscalização social no campo da administração pública mostram-se eficazes nas elaborações de programas e projetos ou ambos, sendo fiscalizados desde o início ao fim em favor dos cidadãos.

Assim, Domingues (apud MONTEIRO; PEREIRA; THOMAZ, 2016, p. 68) mostra que os meios de qualidade dos controles devido ao encorajamento da sociedade civil, quando diferente interessante se organizam, desta forma possibilitam aos cidadãos exercerem o controle e cobrarem do governo aquilo a que têm direito.

Segundo Cunha Neto e Silva (2016) a verificação e a participação dos eleitores referentes à Constituição, concede à sociedade o direito de cobrar aquilo que é dela. Portanto, nada mais do que o direito de exercer a cidadania e fiscalizar os recursos advindos de seu próprio bolso, evitando assim despesas e abusos cometidos por seus representantes, proporcionando maior qualidade nos serviços públicos prestados a toda a população.

Rue (apud CUNHA NETO e SILVA 2016) evidencia que o Legislativo brasileiro é visto por grande parte da população com pouca credibilidade em relação a corrupção e atribuições, assim, distanciando os parlamentares dos cidadãos. Os vereadores são os representantes do povo para legislar e fiscalizar os atos do executivo. Nessa missão se faz necessário que eles cumpram bem o seu papel já que são eleitos pelo povo e, portanto, devem ser as vozes da sociedade.

Assim, destacam Cunha Neto e Silva (2016), a necessidade da população acompanhar os atos de seus representantes para controle e fiscalização social uma vez que a própria Carta Magna apontou instrumentos de participação popular, como o referendo, plebiscito, ação popular etc., expondo a fiscalização municipal da população.

Sgorlon (2015) refere que a Lei 12.527 de 18 de nov. 2011 Lei de Acesso à Informação (LAI) foi um grande passo para a democracia, pois amplia os meios de participação da população no controle e fiscalização pública em relação à transparência e acesso a informações, atribuindo à administração pública disponibilizar os canais para a participação da população para compreensão dos recursos da gestão pública por meio da informação, para que tenham ciência dos processos de tomada de decisões.

A LAI (SENADO FEDERAL, 2011) apresenta garantias a todos os cidadãos para o acesso a dados e informações governamentais, determinando que todo órgão que recebe recursos públicos deve divulgar como eles estão sendo aplicados e suas causas ou motivações, representando participação e controle social na gestão pública, possibilitando o acesso da população a esses dados, que muitas vezes são de difícil acesso e entendimento.

Ananias (2015, p. 315) destaca que uma das principais causas para a falta de interesse da população brasileira é a falta de motivação e cidadania ativa da população brasileira, disparando questões sociais, educacionais, opressão de classe etc. e desestimulando a participação da população.

A fiscalização social exercida pela população conta com apoios de organizações da própria sociedade, atuando em causas e conselhos sociais, nas quais ocorre a criação de espaços para diálogos e debates abertos. Os observatórios sociais monitoram as ações de seus representantes em prol de melhorias e acompanhamentos de seus trabalhos na gestão pública (SCHOMMER, NUNES e MORAES, 2012, p. 56).

Desta forma, os observatórios contam e contribuem para solucionar as principais dificuldades que o controle social e transparência enfrentam, como: dificuldade de acesso, linguagem técnica e educação e cultura não fiscalizadora. São comum portais de transparência cujo acesso seja complicado. As novas tecnologias permitem uma maior interação entre a sociedade e aumenta a capacidade de difusão das informações, em especial as redes sociais. Os observatórios sociais fazem uso

da internet e das novas tecnologias para difundir as informações e facilitar o acesso (SCHOMMER; NUNES; MORAES, 2012).

De acordo com Cançado, Pereira e Tenório (2015, p. 9), neste contexto os autores ainda falam da necessidade de um espaço público em que as pessoas privadas se encontrem a fim de deliberar sobre suas necessidades e futuro. Assim é que serão abordadas teorias sobre governança pública, democracia participativa e gestão pública municipal.

### **1.3 As Tecnologias da Informação e da Comunicação na política**

Com o advento do Portal Brasileiro de Dados Abertos, os registros dos servidores públicos passaram a ser feitos digitalmente, com notas fiscais eletrônicas padronizadas em todo o País e todas as operações, cujo documento fica registrado em sistema eletrônico de processamento de dados e possibilita acesso livre a todos os brasileiros (HERRMANN, 2017).

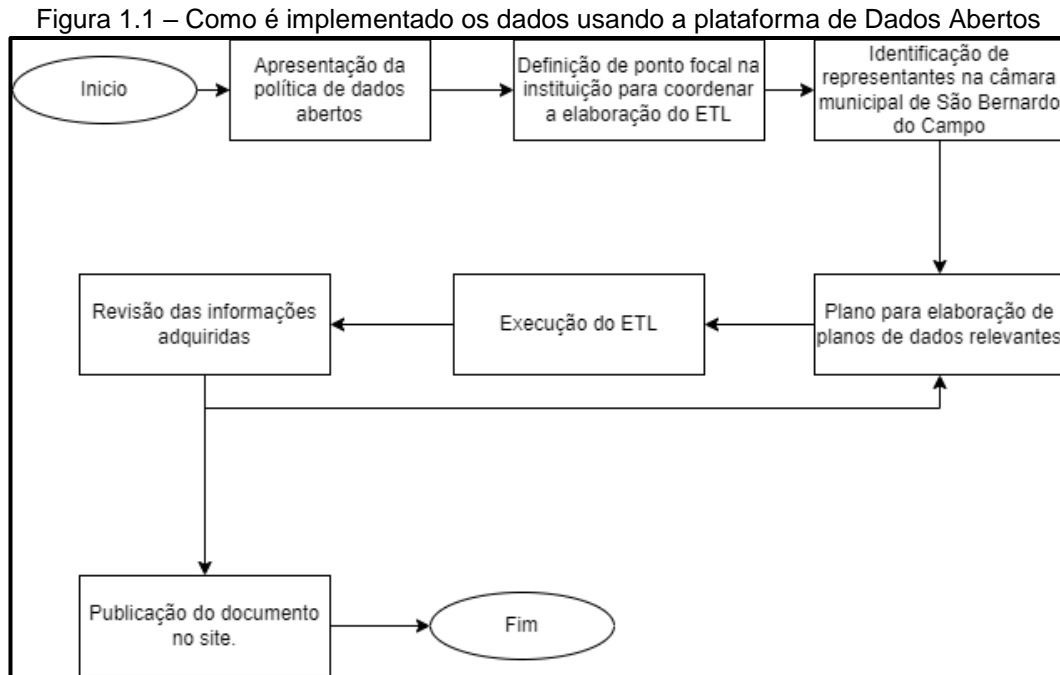
A publicação de dados abertos é a nova estratégia de governo do Brasil e de diversos países do mundo. Esse plano se iniciou durante o governo da ex-presidente Dilma no momento da assinatura da declaração da Parceria para Governo Aberto e pelos diversos órgãos do poder executivo em 18 de novembro de 2011 com a publicação da lei Nº 12.527 (BEZERRA, 2016).

A política de dados abertos do Poder Executivo Federal regula e orienta a publicação de dados abertos governamentais pelos órgãos e entidades do Governo Federal. Estão inclusos os órgãos públicos, autarquias e fundações públicas (HERMANN, 2017).

Ainda sobre o Portal Brasileiro de Dados abertos pode-se afirmar que:

A Infraestrutura Nacional de Dados Abertos é o conjunto de padrões, tecnologias e orientações para disseminação e compartilhamento de dados e informações públicas em formato aberto em que Controladoria-Geral da União (CGU) é o órgão responsável pela gestão e monitoramento da Política de Dados Abertos (INDA, 2021).

A Figura 1.1 mostra o fluxo da implementação de um Plano de Dados Abertos. O conjunto descreve o processo, método e técnicas para a implementação de uma política de dados abertos.



Fonte: kit.dados.gov.br, 2016 (adaptado)

Os benefícios da transparência do conjunto de dados são aprimorados quando cada agência cataloga seus dados de maneira padronizada. Moradores e vereadores podem perceber que alguns ou todos os dados de que precisam já estão nas mãos de uma ou mais organizações, ou podem tirar conclusões importantes combinando seus dados com dados adicionais de outras organizações (PROJECT OPEN DATA, 2020).

A câmara municipal de São Paulo publicou oficialmente que se entende o conceito de dados abertos como dados que qualquer cidadão possa utilizar, reutilizar e distribuir livremente, ressalvando-se, no máximo, a exigência de atribuição e compartilhamento, sendo esses dados não sigilosos e fornecidos de forma eletrônica (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2014).

A operação Serenata de Amor é um projeto de tecnologia para auditar contas públicas e auxiliar no controle social. A ideia surgiu como forma de participar ativamente do processo democrático, fiscalizando os gastos públicos. Com auxílio de tecnologia, os reembolsos efetuados pela Cota para Exercício da Atividade Parlamentar (CEAP) – verba que custeia alimentação, transporte, hospedagem e até despesas com cultura e assinaturas de TV dos parlamentares (PROJETO SERENATA, 2016).

De acordo com Marques (2016), quando se pensa em um regime democrático, deve-se lembrar de uma série de princípios que garantam a soberania popular. Assim, é preciso, além da participação nas diferentes instâncias, assegurar os direitos individuais de cada cidadão e sua livre expressão. Contudo, ainda que a representação se apresente como uma maneira viável para a soberania popular perante as decisões governamentais, é fundamental o princípio da transparência, forçando os agentes do Estado a prestar contas à sociedade (MARQUES, 2016, p. 21).

Como menciona Gomes (2018), através dos recursos ofertados pelas comunicações digitais, pode ser conquistada maior eficiência governamental, possibilitando assim maior transparência e *accountability* (responsabilidade).

A Figura 1.2 destaca os objetivos estratégicos categorizados em três eixos: acesso à informação, prestação de serviços e participação social, ilustrando as relações entre governança digital e os benefícios para a sociedade brasileira.

Figura 1.2 – Objetivos estratégicos do EDG (Estratégia de Governança Digital)

EIXO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
Acesso à informação	OE.01 - Fomentar a disponibilização e o uso de dados abertos. OE.02 - Ampliar o uso de TIC para promover a transparência e dar publicidade à aplicação dos recursos públicos. OE.03 - Garantir a segurança da informação e comunicação do Estado e o sigilo das informações do cidadão.
Prestação de Serviços	OE.04 - Expandir e inovar a prestação de serviços digitais. OE.05 - Melhorar a governança e a gestão por meio do uso da tecnologia OE.06 - Facilitar e universalizar o uso e o acesso aos serviços digitais. OE.07 - Compartilhar e integrar dados, processos, sistemas, serviços e infraestrutura.
Participação Social	OE.08 - Fomentar a colaboração no ciclo de políticas públicas. OE.09 - Ampliar e incentivar a participação social na criação e melhoria dos serviços públicos. OE.10 - Aprimorar a interação direta entre governo e sociedade.

Fonte: governancadeti.uff.br, 2016

Viana (2019, p. 16) menciona que “questões como a exigência de novos parâmetros em relação à responsabilidade e ao controle das ações do gestor público passam a fazer parte da agenda da sociedade”. Portanto, são necessários projetos que atendam a essas necessidades.

As iniciativas podem atuar como provedoras de informação e garantidoras de ferramentas que permitam a participação da sociedade nas atividades do Estado, incentivando o controle social não apenas como instrumento de legitimação, mas também como fiscalizador das atividades públicas (MADEIRA, 2014).

#### 1.4 Ferramentas de desenvolvimento web

A seguir se apresentam as discussões relativas aos recursos de Informática utilizados para o desenvolvimento deste projeto de pesquisa.

De acordo com a organização responsável pela documentação oficial da linguagem The PHP Group (2017): “O PHP é uma linguagem de script open Source

de uso geral, e especialmente adequada para o desenvolvimento web e que pode ser embutida dentro do HTML”.

O que distingue o PHP de algo como o Javascript no lado do cliente é que o código é executado no servidor, gerando o HTML que é então enviado para o navegador. É possível inclusive configurar seu servidor web para processar todos os seus arquivos HTML com o PHP, obtendo assim maior segurança na página (ESTRELLA, 2022).

#### 1.4.2 MySQL

De acordo com Pisa (2012) o MySQL é um sistema gerenciador de banco de dados relacional de código aberto usado na maioria das aplicações gratuitas para gerir suas bases de dados. O MySQL utiliza a linguagem SQL (Structure Query Language – Linguagem de Consulta Estruturada), que é a linguagem mais popular para inserir, acessar e gerenciar o conteúdo armazenado num banco de dados.

Na interface de modelagem de base de dados do MySQL, pode-se definir as entidades da base de dados, seus atributos e relacionamentos. Em banco de dados, deve-se definir configurações importantes para os bancos de dados, como as chaves primárias e estrangeiras e os atributos que devem ser indexados (PISA, 2012).

#### 1.4.3 WordPress

O WordPress usa PHP e MySQL, linguagens que são suportadas por todos os serviços de hospedagem de site, com que ele seja ser uma excelente ferramenta, simples e robusta para criação de site (ANDREI, 2022).

Segundo WordPress (2022), a plataforma é um programa feito para todos, com ênfase em acessibilidade, desempenho, segurança e facilidade no uso. Um ótimo programa deve funcionar com uma configuração mínima, para que seja possível se concentrar em compartilhar sua história, produto ou serviços livremente. O programa básico do WordPress é simples e previsível. Desta forma o usuário pode começar rapidamente.



#### 1.4.4 Hyper Text Markup Language

HTML é a sigla Hyper Text Markup Language, que em português significa “linguagem para marcação de hipertexto”. Segundo Silva (2015), hipertexto é todo texto inserido em um documento para a web e a sua função e característica principal é a possibilidade de se conectar a outros documentos da web. O que abrange todo o contexto textual que se encontra em páginas web é um hipertexto e isso inclui imagens, vídeos, gráficos, sons e conteúdo não textuais.

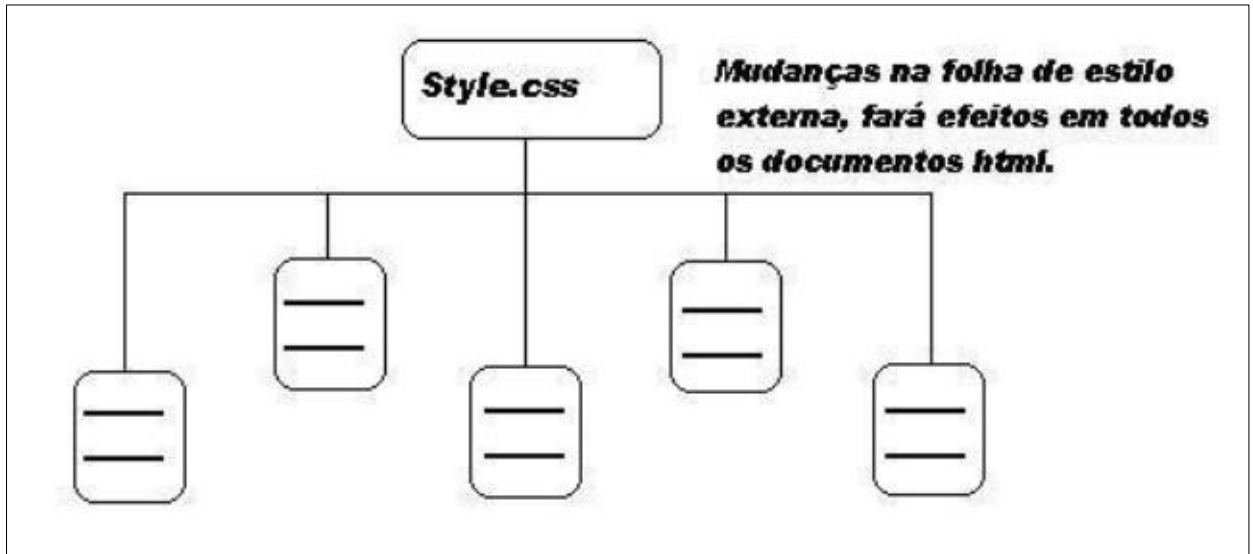
Torres (2018) aponta que o HTML (Hyper Text Markup Language), uma linguagem de marcação, considerando as possibilidades e variedades de funções que os códigos trazem, há evidência do poder de escolha na qual cada elemento se posicionará na página – considerando que o código funciona com um sistema de marcação ou *tags* – a criação da página é complementada a formatação, onde é optado por formatações estruturadas e separadas, como o CSS (Cascading Style Sheets), sendo o seu objetivo principal a criação de páginas web de maneira intuitiva e eficaz, com maior satisfação dos usuários e desenvolvedores.

#### 1.4.5 Cascading Style Sheets

Cascading Style Sheets ou CSS que em português significa “folhas de estilo em cascatas”, é utilizado para padronizar o desenvolvimento de sistemas web com facilidade em manutenção. A linguagem para estilos, define o *layout* de documentos HTML (Hyper Text Markup Language), que possibilitou redução no trabalho da criação e composição de cada página web e em sua manutenção.

A Figura 1.3 apresenta como um único arquivo CSS o qual define a propriedade de todo site.

Figura 1.3 – Documento HTML lincado a folha de estilo (CSS)



Fonte: embrapa.br, 2016

Segundo Ferreira (2016) os pontos fortes do CSS são conhecidos por controlar a posição das camadas utilizadas para construir os blocos de conteúdo em uma página, permitindo que os elementos fltuem na página, além de controlar a formatação em relação à cor, tamanho e posição do texto.

Ferreira (2016) pontua também que é possível regrar os estilos de imagens e interfaces das páginas de um site, planejando como a informação chegará ao destinatário, auxiliando, desenvolvendo os recursos para facilitar a interação do usuário com a página web.

## 2 METODOLOGIA

Neste capítulo são apresentadas as considerações relativas à metodologia adotada para o desenvolvimento deste Trabalho de Conclusão de Curso, projeto intitulado **Plataforma informativa sobre a Câmara Municipal de São Bernardo do Campo**. Tais considerações englobam métodos, procedimentos, técnicas e etapas necessárias para o planejamento e consecução do trabalho.

Para o embasamento teórico deste capítulo, foram utilizadas as contribuições de Lakatos e Marconi (2021). Toda a redação desta monografia baseia-se nas normas da ABNT, obtidas a partir do Manual de Normalização de Projeto de Trabalho de Graduação da Fatec SBC (DUARTE, 2021).

### 2.1 Classificação da pesquisa

Trata-se de uma pesquisa descritiva, com vistas ao compartilhamento de informações públicas de uma maneira acessível, que auxilia a população em geral em como auditar os seus representantes.

Quanto aos procedimentos técnicos (*design* da pesquisa), este trabalho pode ser classificado como:

- Pesquisa bibliográfica, com a discussão das contribuições de autores da área;
- Pesquisa experimental, com vistas ao desenvolvimento de um produto tecnológico.

#### 2.1.1 Descrição do projeto

O *site* conta com um ambiente explicativo, em que é possível ver informações e gráficos referentes aos seus devidos representantes, facilitando a possibilidade da população auditar o seu trabalho e para o político de mostrar a sua eficácia no cargo. Foi utilizado o Portal Brasileiro de Dados Abertos e do site oficial de Transparência de dados de São Bernardo do Campo, com dados oficialmente publicados pelo governo, conforme lei Nº 12.527 que entrou em vigor 18 de novembro de 2011.

A página principal é dividida em seções contendo gráficos e uma breve descrição sobre o que está sendo apresentado nele. Nessa página também é possível acessar uma área voltada às informações pessoais dos vereadores, como idade, histórico de atividade e partido a que está filiado.

Para desenvolvimento e hospedagem, é utilizada a ferramenta Wordpress, sendo o responsável pela criação e gestão do site, através da junção das linguagens utilizadas para as diversas aplicações do *site* (PHP, CSS, MySql, Javascript).

### 2.1.2 Etapas para o desenvolvimento do projeto

As seguintes etapas estão previstas para o trabalho, englobando aspectos teóricos e práticos:

- a) Revisão da bibliografia;
- b) Fichamento dos dados bibliográficos;
- c) Comparação dos autores;
- d) Planejamento técnico do projeto (documentação preliminar, materiais, recursos e ferramentas necessários, fases previstas do trabalho);
- e) Desenvolvimento - construção do projeto, destacando as fases que o compõem, o passo a passo de sua realização;
- f) Análise e discussão dos resultados;
- g) Redação final do trabalho e revisão.

### 2.1.3 Etapas teóricas

A parte da pesquisa bibliográfica (etapas a), b) e c) anteriormente colocadas) foi a primeira atividade desenvolvida depois da delimitação do tema e problema, englobando consultas a *sites* especializados, manuais, livros, artigos científicos, teses e dissertações universitárias etc., além de livros relativos à metodologia científica.

Todo o material consultado foi fichado e configurou-se como a base para o Capítulo 1 desta monografia (Fundamentação Teórica).

#### 2.1.4 Etapas práticas

As etapas práticas - itens e), f), g) acima - fazem parte do desenvolvimento do projeto (Capítulo 3) e serão concretizadas no sexto semestre do curso.

O item d) - *Planejamento técnico do trabalho* - refere-se à organização do projeto, fazendo parte deste capítulo 2 (Metodologia). Esse planejamento é feito no quinto semestre e descreve o passo a passo previsto para o desenvolvimento que será realizado no sexto semestre do curso.

A seguir é apresentada a previsão das fases metodológicas para o desenvolvimento deste TCC.

##### Primeira fase - Escolha dos instrumentos

Para desenvolvimento do *site* foram utilizados os seguintes instrumentos: Wordpress para gerenciamento do *site*, HTML para a construção *frontend*, CSS para estilização do *site*, PHP para interpretação dos dados e envio de informações no backend, MYSQL para recepção dos dados e armazenamento e *Javascript* para interação entre os objetos do *site*.

##### Segunda fase - Levantamento de requisitos

Nesta fase foi realizada a formalização dos requisitos de *software*, ou seja, a definição dos recursos e funcionalidades que o sistema final deverá conter. Nessa fase foram definidas todas as funcionalidades do *site* e os dados que cada divisão utilizará, bem como regras de negócio e frequência com que os dados devem ser atualizados.

##### Terceira fase - Nome e logotipo

Após todos os requisitos levantados, foi elaborado o nome oficial do domínio em que o site está hospedado junto ao seu logotipo que estampa como forma de representação gráfica a imagem do projeto.

##### Quarta fase - Coleta de dados

Na sequência do projeto foi realizada a coleta de dados que serão exibidos

no site. Os dados dos componentes que são utilizados estão disponíveis no Portal Brasileiro de Dados Abertos e no Portal de Transparência da Camara Municipal de São Bernardo do Campo.

#### Quinta fase - Banco de dados

Após o levantamento de requisitos a fase seguinte é a modelagem e implementação do banco de dados. Foi criado o Modelo Entidade de Relacionamento (MER) para o banco de dados, testado de forma conceitual todos os requisitos levantados.

Após a validação do MER e requisitos, o banco foi implementado fisicamente com a linguagem MySQL e carregados com seus dados domínios.

#### Sexta fase - Criação do *Frontend*

Após a criação do banco de dados, foi iniciado o processo de criação do site, realizando a compra do domínio para hospedagem. Com o domínio concluído foi iniciado a construção visual da página web denominada frontend.

A primeira página a ser criada é a página home, na qual aplicar-se-ão as divisões, principais gráficos, descrições, menu e outros tipos de conteúdo que organizem a exibição da página.

Os banners informativos são utilizados para guiar os usuários para o conteúdo mais relevante do site como, por exemplo, quais foram as atividades mais recentes e o índice de abstinência dos vereadores. O menu é o local onde o usuário terá mais detalhamento sobre os conteúdos do site, divididos por tópicos e palavras-chave de pesquisa.

#### Sétima fase - Criação do Backend

Após a criação do Frontend, foi elaborada a lógica e funcionamento interno do website denominada Backend.

A partir da opção que o usuário decidir selecionar no menu, usando as palavras-chave, as informações relacionadas a ela serão buscadas pelo backend

no banco de dados elaborado previamente que atualizará o site com as informações selecionadas.

#### Oitava fase - Testes e possíveis ajustes

Com o desenvolvimento concluído, foram iniciados os testes e ajustes necessários, disponibilizando o site online, de modo que os usuários possam usar todas as funcionalidades do site, com a possibilidade de fazer comentários e observações de possíveis melhorias, erros e otimizações de usabilidade no e-mail.

### **3 DESENVOLVIMENTO DO PROJETO**

Este capítulo exhibe o histórico da construção do projeto com o passo a passo de seu desenvolvimento.

#### **3.1 Discussão teórica**

Chegado o momento das eleições, uma pergunta que um cidadão se faz e àqueles que fazem parte de seu convívio social é: “Em qual candidato você depositará o seu voto?”. Grande parte daqueles que escutam essa pergunta ainda não possuem uma decisão acerca do representante escolhido e, por muitas das vezes, nem sequer conhecem os candidatos participantes da corrida eleitoral e suas diretrizes.

Como visto anteriormente, a Câmara Municipal possui o dever de atuar pelo bem comum social, procurando sempre atingir e cumprir, por meio de suas ações e atendimentos, o bem da sociedade como um todo, para que os munícipes se sintam representados através de decisões do poder legislativo, considerando questões culturais, sociais e políticas do meio social. E, para isso seja feito, os cidadãos são direcionados a estarem votando em candidatos que melhor representem suas questões e sua comunidade, depositando sua credibilidade e voto para os objetivos, metas e promessas anunciados por parte dos candidatos.

Porém, atualmente, vê-se a falta de informações por parte dos munícipes em relação aos representantes escolhidos e que irão escolher para representá-los frente aos poderes legislativo da federação brasileira durante o mandato e no período eleitoral, sendo estes a peça fundamental para o crescimento e desenvolvimento de um município, juntamente com a estruturação, manifestação e cultivo dos direitos e deveres sociais e políticos; cumprindo assim sua cidadania e deveres.

Embora haja ampla diversificação quanto aos tipos de informação e comunicação inovados e desenvolvidos pela tecnologia, um perigo que é apresentado (intensamente em anos de eleição) é o compartilhamento de informações, dados e imagens que não possuem fundamentação ou concretização verdadeira.



Entretanto, como visto anteriormente, a participação do cidadão na fiscalização de decisões, atendimentos, serviços, cumprimentos e representações é essencial para atingir os propósitos estabelecidos pela mesma aumentando, conseqüentemente, sua influência no meio político.

Assim, visto esta necessidade da estruturação do conhecimento informativo ao cidadão e à vigilância aos dados e informações compartilhados pelas mídias sociais sem que haja uma base ou fonte confiável para credibilidade, este projeto foi desenvolvido visando a necessidade da atenção aos munícipes de São Bernardo do Campo quanto aos seus deveres e aos atendimentos e cumprimentos de seus vereadores escolhidos para representa-los, com a apresentação de gráficos e dados quanto aos partidos presentes na câmara no mandato de 2017-2020, juntamente com dados dos candidatos desse mandato, seus cumprimentos, metas, objetivos e suas propostas; para assim direcionar a população quanto a sábia escolha de seus vereadores para a estruturação de desenvolvimento de seu município.

### **3.2 Informações Técnicas**

Para a elaboração desse projeto foi necessário realizar a extração dos dados do portal de transparência da Câmara Municipal, realizando o download de arquivos no formato Excel. Cada arquivo é referente a um mês sendo assim necessário baixar quarenta e oito arquivos para cada categoria de dados como, por exemplo, cargos, salários, orçamento detalhado, orçamento geral, prestação de contas, receita arrecada entre outros.

A limpeza, transformação, normalização e análise dados foi realizada utilizando a ferramenta Power BI, onde os dados foram utilizados para a elaboração de recursos visuais que foram exportados para a utilização no site como parte do produto final.

Como parte da estruturação do site, viabilizou-se a alternativa de adquirir o domínio e hospedar ele utilizando a plataforma Hostgator, contando com o suporte para a tecnologia Wordpress e com certificado SSL, agregando credibilidade e segurança.

Para elaborar a modelagem do site foi utilizado a tecnologia Wordpress, ao qual nos deu a liberdade de personalizar ele de maneira livre e com diversas opções de plugins para acrescentar diferentes funcionalidades e ferramentas, incluindo a possibilidade de adicionar cookies ao site para obter informações sobre os usuários que frequentarem a página, com a opção de permitir que esses dados sejam captados ou não.

O site é dividido em quatro partes páginas, sendo elas a página inicial, a página com informação sobre os vereadores, a página de como entrar em contato com os órgãos responsáveis e a política de privacidade do site para o uso de cookies e afins. A figura abaixo, mostra o logotipo que foi criado para representar o site.

Figura 3.1 – Logotipo do site



Fonte: Autoria Própria, 2022

A página inicial conta uma introdução ao projeto com uma breve explicação do seu objetivo e de onde os dados foram retirados, conta com um gráfico de linhas da dotação total, dívida total das operações orçamentárias da cidade, mostrando a sua tendência durante os quatro anos de vigência, seguido de um gráfico de barras contendo os dez maiores gastos por categoria. Abaixo temos o gráfico do valor que foi pago para cada unidade orçamentária e do município que é seguido por uma série de opções que redirecionam o usuário até o site oficial de ouvidoria do governo dividido por qual assunto você gostaria de registrar entre elas, denúncia, elogio, reclamação, solicitação, sugestão. Ao final da página temos a divisão dos valores totais distribuídos por gabinete e um botão que redireciona o usuário a página de relatório de proposituras da câmara municipal de São Bernardo do Campo.

Na página seguinte contém informações sobre os vereadores como o seu nome, sua foto, partido e número de votos com o qual foi eleito. Abaixo dessas informações para cada vereador existe um botão ao qual o usuário é redirecionado a página do estadão contendo as informações detalhadas desses vereadores, com notícias relacionadas a ele. Ao final da página há um gráfico de barras ao qual mostra o valor total dividido por gabinetes, separado por valor líquido, total de descontos e total de pagamentos.

A terceira página é onde o usuário pode ver canais de comunicação para entrar em contato direto com cada departamento da prefeitura, com números de telefones, e-mails e um link que redireciona o usuário para a página oficial de ouvidoria do município.

A quarta e última página contém a política de cookies para captarmos informações que vem dos usuários seguindo com a LGPD, com esses cookies conseguimos visualizar através do painel de administração do site da plataforma Hostgator, um painel de controles sobre número de acessos e suas origens.

Todos os gráficos apresentados no site possuem referências e são livres de direitos autorais. O site é acessível a qualquer usuário que não tenha conhecimento prévio de análise de dados. As instruções sobre a utilização do mesmo estão disponíveis no manual do usuário (Apêndice A).

### **3.3 Legalidade e Segurança das Informações**

Muito se tem discutido, recentemente, acerca da legalidade e segurança das informações. Sancionada em 2018, a lei n. 13.709 representa um avanço muito almejado pela população brasileira, representando a legalidade nas proteções de dados, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) ou Lei de Proteção de Dados Pessoais (LPDP), onde busca nos direitos fundamentais da liberdade e privacidade e nos meios digitais. Trata-se de um regulador de dados pessoais, visando a proteção de dados.

Pode-se mencionar, por exemplo, a Lei Acesso à Informação (LAI), sancionada pela Presidência da República em 2011 e entrada em vigor apenas em 2012, onde se retrata nas consolidações democráticas, tornando possível a participação popular referente aos controles sociais e governamentais, onde o cidadão pode ter acesso as informações públicas, tendo direito de receber dos órgãos públicos informações, prazos, orçamentos... Incrementado a transparência da gestão ao combate à corrupção.

Visando disponibilizar informações dos representantes, referente a cidade de São Bernardo do Campo, foi possível a criação de um site reunindo as informações disponibilizadas no site da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo, onde foi retirado dados referentes aos gastos e projetos dos vereadores e suas coligações, sendo possível encontrar de forma intuitiva e objetiva essas informações para ciência e respaldo dos cidadãos.

Conforme já citado neste capítulo, todo projeto foi pensado visando e respeitando a Lei de Acesso à Informação (LAI) e a Lei de Proteção de Dados Pessoais (LPDP), sendo possível através da LAI, solicitar dados abertos para o incremento e veracidade encontrado no site deste projeto, atendendo as referidas leis, onde o usuário, ao acessar o site encontra a política de cookies, que é entre outra tecnologias relacionadas, sendo um arquivo pequeno e simples enviado junto com a página do site com a finalidade de armazenar algumas informações no dispositivo/navegador usado para o acesso. Caso o usuário opte por não aceitar a política de cookies, é possível a desativação e recusa da ferramenta e/ou alterar as configurações do navegador, fazendo com que seja enviado mensagens cada vez que um cookie for inserido, para aceite ou recusa.

Respeitando o direito em relação aos dados pessoais, na página de “política de cookies” disponível no site, são dispostas informações dos termos de uso, expondo as políticas e a relação ao uso dos dados pessoais e seus direitos, sendo disponibilizado meios de contato para sugestões e reclamações.

### 3.4 Roteiro de desenvolvimento

O desenvolvimento do projeto seguiu as etapas demonstradas em ordem cronológica na Figura 2 a seguir:

Figura 3.2 – Roteiro de desenvolvimento

ETAPAS	DATA
Definição de tema; Início das pesquisas referentes ao tema definido;	Fevereiro/2022
Desenvolvimento da fundamentação teórica; Desenvolvimento da metodologia;	Março/2022 à Maio/2022
Realização das correções orientadas; Desenvolvimento e conclusão da fundamentação teórica; Desenvolvimento e conclusão da metodologia; Revisão da bibliografia.	Junho/2022
Entrega 1ª parte TCC.	Junho/2022
Início do desenvolvimento do site. Coleta de dados do portal da transparência de São Bernardo do Campo;	Agosto/2022
Desenvolvimento das telas do site; Organização visual do site; Redação do resumo e abstract.	Agosto/2022 à Setembro/2022
Ajustes técnicos e visuais no site;	Setembro/2022
Redação do Desenvolvimento; Redação das considerações finais; Redação do manual do usuário.	Setembro/2022 à Outubro/2022
Entrega da monografia.	Novembro/2022

Fonte: Autoria Própria, 2022

### 3.5 Resultados obtidos

O site desenvolvido cumpre com os requisitos anteriormente estabelecidos neste projeto atendendo as partes teóricas e práticas.

Durante o desenvolvimento do site foi encontrada dificuldades relacionadas ao levantamento de requisitos e sua estruturação, estabelecendo todas as funcionalidades e os dados que cada divisão seriam manipuladas, tornando-o de fácil acesso e intuitivo, também a coleta de dados, feita de forma manual, buscando fontes confiáveis e atualizadas para inserir no website a respeito dos vereadores, como fazer denúncias, comentários, sugestões, na busca constante pela transparência, autenticidade e clareza nas informações apresentadas. E limpeza de dados, no que se refere a gráficos e tabelas de difícil interpretação devido à falta de padronização que o governo disponibiliza o conteúdo.

As informações contidas no site têm como objetivo apresentar de forma transparente e objetiva as atividades dos vereadores da câmara municipal de São Bernardo do Campo, referente ao mandato de 2017 a 2020, para que as pessoas possam acessar, compreender e acompanhar se os interesses da população estão sendo devidamente atendidos, podendo interagir e exercer sua cidadania. O site estará sempre disponível para que quando necessário ou desejado, seja utilizado.

Portanto, é disponibilizada uma plataforma de fácil acesso e compreensão, permitindo que as informações sobre os representantes da câmara municipal de São Bernardo do Campo sejam apresentadas de forma descomplicada e para quaisquer usuários que pesquise sobre “vereadores de São Bernardo do Campo”, “Câmara Municipal de São Bernardo Do Campo” e palavras relacionadas ao projeto. Futuramente, o website passará por mais atualizações para refletirmos sobre os dados dos próximos mandatos. Pretende-se também implementar acesso Mobile e ferramentas de análise como Google Analytics.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas décadas a sociedade tem se manifestado cada vez mais para exercer seus direitos como cidadãos, devido à grande exposição por meio da internet e nas mídias em geral das atividades dos políticos, das contribuições e atribuições do poder legislativo, para saberem em quem votar para representá-los.

Partindo desse problema, o objetivo foi desenvolver uma plataforma informativa sobre as atividades dos vereadores da câmara municipal de São Bernardo do Campo, referente ao mandato de 2017 a 2020, de uma forma limpa, clara e intuitiva, para auxiliar o cidadão a exercer a sua cidadania acompanhando e fiscalizando as atividades do município.

A plataforma informativa foi realizada através de um site já hospedado e disponível para acesso, com gráficos de gastos, descontos, valores líquidos totais recebidos entre outras informações sobre os vereadores. Desenvolvido utilizando da tecnologia Wordpress, com domínio e hospedagem realizado pela plataforma O site conta com uma política de privacidade de dados desenvolvida aos moldes da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Considera-se o objetivo do trabalho cumprido, uma vez que o site atende ao que foi idealizado na metodologia. Todos os requisitos pensados aparecem em conformidade no site, tal qual as etapas práticas e teóricas.

No desenvolvimento do site foi exigido um minucioso estudo das ferramentas usadas e sobre temas discutidos, revendo assim conteúdos adquiridos no decorrer dos semestres. Como continuidade do trabalho elaborado, futuramente o site será atualizado com novas informações do mandato seguinte, otimização para o ambiente mobile e adicionar uma caixa de sugestões para o usuário enviar a sua ideia.

## REFERÊNCIAS

ALVES, A; BERNARDO, R. Responsabilidade Social Corporativa (RSC): Uma Análise das Tendências de Pesquisa e Abordagens Metodológicas. In: **XV Seminários em Administração**, Rio Grande. 2012. SEMEAD. Acesso em: 19 mar. 2022.

ALVES, M Fabrício. **LGPD ou LPDP: como denominar a lei de proteção de dados brasileira**. Publicado em 5 set. 2018. Disponível em <<https://pt.linkedin.com/pulse/lgpd-ou-lpdp-como-denominar-lei-de-prote%C3%A7%C3%A3o-dados-da-mota-alves>. Acesso em: 10 set. 2022.

ANDREI, L. **O que é WordPress? Um Panorama do CMS Mais Popular do Mundo**. Hostinger, 2022. Disponível em: <https://www.hostinger.com.br/tutoriais/o-que-e-wordpress>. Acesso em: 20 mar. 2022.

ANANIAS, Patrus. **Sobre o dever de mudar a realidade: o papel do Estado na promoção de políticas sociais em um modelo de desenvolvimento integral, 2012**. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Livros/politicas\\_desenvolvimento.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/politicas_desenvolvimento.pdf). Acesso em: 18. abr. 2021.

### **A PARTICIPAÇÃO DO OBSERVATÓRIO SOCIAL DO BRASIL COMO AGENTE DEMOCRÁTICO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL.**

Disponível em:

[https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/21553/1/CT\\_GPMI\\_VI\\_2018\\_11.pdf](https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/21553/1/CT_GPMI_VI_2018_11.pdf). Acesso em: 20 mar. 2022.

BEZERRA, C Antônio. **RELATÓRIO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº 12.527/2011: LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO**. 2016. Disponível em: [https://www.gov.br/acessoinformacao/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/relatorio\\_lai\\_cn\\_2016\\_defeso.pdf](https://www.gov.br/acessoinformacao/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/relatorio_lai_cn_2016_defeso.pdf). Acesso em: 20 mar. 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. **Vereadores, PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO**. 2021. Disponível em: <https://www.spsãobernardo.legislativo.sistemalegislativo.com.br/vereadores/mandato:2021-2024-19>. Acesso em: 14 mar. 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Programa de Dados Abertos do Parlamento**. 2014. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/dados-abertos>. Acesso em: 19 mar. 2022.

CAMBRAIA, S. **A Importância da Fiscalização na política**, PUC MINAS, 2021. Disponível em: <https://blogfca.pucminas.br/colab/fiscalizar-politica/>. Acesso em: 14 mar. 2022.

CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G. **Gestão Social: epistemologia de um paradigma**. 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2735/273543118001.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2022.

Câmara Municipal de São Bernardo do Campo,, 2009. **Lei Organica do Município**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-sao-paulo-sp>. Acesso em: 17 mar. 2021.



Controladoria Geral da União. **Constituição em Miúdos**, 2021. Disponível em <https://www.camaracampolimpo.sp.gov.br/Arquivos/Paginas/820282fd-7bc2-4502-a3ad-09bbded74d5d.pdf>. Acesso em: 20 out. 2022.

CUNHA NETO, A; SILVA, W. **Transparência pública nas câmaras municipais das capitais nordestinas à luz da lei de responsabilidade fiscal (LRF) e lei de acesso à informação (LAI)**. 2016, 26 p. Especialização em Gestão Pública - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia AfroBrasileira- UNILAB, ICOSA. 2016.

DUARTE, J. M. **Manual de normalização de TCC – trabalho de conclusão de curso**. 6 ed. São Paulo: Fatec de São Bernardo do Campo, 2021.

DOMINGUES, Geovana. MUTTI, Diego. Câmara Municipal: o que faz e qual sua relação com a prefeitura. 2016. Disponível em: <https://www.politize.com.br/camara-municipal-o-que-faz/>. Acesso: 19 mar. 2021.

ESTRELLA, Carlos. **O Que é PHP? Guia Básico de Programação PHP**. Disponível em: [https://www.hostinger.com.br/tutoriais/o-que-e-php-guia-basico#:~:text=A%20diferen%C3%A7a%20%C3%A9%20que%20PHP,servidor%20\(back%2Dend\)](https://www.hostinger.com.br/tutoriais/o-que-e-php-guia-basico#:~:text=A%20diferen%C3%A7a%20%C3%A9%20que%20PHP,servidor%20(back%2Dend).). Acesso em: 13 abr. 2022.

FERREIRA, Daniela. **Website Aural: aplicações sonoras com CSS2**. UNICAMP, São Paulo. 2016. Disponível em: <https://www.publionline.iar.unicamp.br/index.php/sonora/article/view/637>. Acesso em: 13 abr. 2022.

ROMANI, Luciana. **Benefícios e Dificuldades do uso de CSS para criação de websites**. IX Mostra de Estagiários e Bolsistas EMPRAPA, 2013. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/982010/1/beneficios.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2022.

GOMES, W.; AMORIM, P. K. D. F.; ALMADA, M. P. **Novos desafios para a ideia de transparência pública**. E-Compôs, 2018. Disponível em: <http://www.ecompos.org.br/e-compos/article/view/1446>>. Acesso em: 03 abr. 2022.

HERMANN, Augusto. **O que são dados abertos**. 2017. Disponível em: <https://dados.gov.br/pagina/dados-abertos>. HERMANN Acesso em: 03 abr. 2022

IBAM Instituto Brasileiro de Administração Municipal, **O Vereador e a Câmara Municipal**. 7ª Edição. Rio De Janeiro, Biblioteca Do IBAM: Selma Rodrigues, 2020, atual. Disponível em: [https://www.ibam.org.br/media/arquivos/estudos/Vereador\\_7ed\\_2020.pdf](https://www.ibam.org.br/media/arquivos/estudos/Vereador_7ed_2020.pdf). Acesso em: 19 mar. 2022.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. **Metodologia do trabalho científico**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MADEIRA, Ligia. **Avaliação de Políticas Públicas**. Porto Alegre, 2014. Disponível em: [https://www.ufrgs.br/cegov/files/pub\\_37.pdf](https://www.ufrgs.br/cegov/files/pub_37.pdf). Acesso em: 20 out. 2022.

PÍTSICA, Monique. **A repercussão da transnacionalidade no meio ambiente**. *Revista Eletrônica de Direito e Política*. Itajaí, v. 5, n. 3, p. 17-30, 3º 122 quadrimestre de 2012, p. 8. Disponível em: <http://www.univali.br/modules/system/stdreq.aspx?P=2475&VID=default&SID=443523434954272&S=1&A=close&C=30595>>. Acesso em: 19 abr. 2022.

PISA, Pedro. **O que é e como usar o MySQL?**. TechTudo. 2012. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/noticias/2012/04/o-que-e-e-como-usar-o-mysql.ghtml>. Acesso em: 20 mar. 2022.

PORTAL BRASILEIRO DE DADOS ABERTOS. **Política de Dados Abertos**, INDA, 2021.

Disponível em: <https://wiki.dados.gov.br/>. Acesso em: 14 mar. 2022.

PORTAL BRASILEIRO DE DADOS ABERTOS; HERMANN; BEZERRA. **Política de Dados Abertos**, INDA, 2021. Disponível em: <https://wiki.dados.gov.br/>. Acesso em: 14 mar. 2022.

PROJECT OPEN DATA. **A repository of Federal Enterprise Data Resources**. Disponível em: <https://resources.data.gov/>. Acesso em: 13 abr. 2022.

RIBEIRO, Letícia. Vereador: conheça o papel e as funções desse representante político. **Comunicação**, TSE. 2016. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticiastse/2016/Setembro/vereador-conheca-o-papel-e-as-funcoes-desse-representante-politico>. Acesso em: 07 mar. 2022.

ROVEDA, Ugo. **O que é Python, para que serve e por que aprender**. Kenzie, 2020. Disponível em: <https://kenzie.com.br/blog/o-que-e-python/>. Acesso em: 02 abr. 2022

SACCHETTO, Thiago. **Publicidade e Transparência na Jurisdição Constitucional**. Universidade Federal de Minas Gerais, 2017. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7145898>. Acesso em: 19 mar. 2022.

SAGER, I; BOSSI, A. Observatórios sociais: o poder do cidadão. 2017. **Anais do Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas**. v. 2, n. 2, 2017, Minas Gerais, 2017. Disponível em: [https://www.anepcp.org.br/acp/anaisenepcp/20180723153637\\_41\\_Observatorios\\_sociais\\_la\\_n\\_Sager.pdf](https://www.anepcp.org.br/acp/anaisenepcp/20180723153637_41_Observatorios_sociais_la_n_Sager.pdf). Acesso em: 19 mar. 2022.

SALES, Thainah Simões. **Acesso à Informação, Controle Social das Finanças Públicas e Democracia: Análise dos Portais da Transparência dos Estados Brasileiros Antes e Após o Advento da Lei nº 12.527/2011**. Universidade de Fortaleza, 2012. Disponível em: [https://repositorio.idp.edu.br/bitstream/123456789/1566/1/Direito%20Publico%20n482012\\_TAINAH%20SIMOES%20SALES.pdf](https://repositorio.idp.edu.br/bitstream/123456789/1566/1/Direito%20Publico%20n482012_TAINAH%20SIMOES%20SALES.pdf). Acesso em: 19 mar. 2022.

SÃO PAULO (São Paulo, 2019). **Lei Orgânica do Município de São Paulo**. Disponível em: [https://www.saopaulo.sp.leg.br/escoladoparlamento/wp-content/uploads/sites/5/2019/10/Apostila\\_Artigos-da-Lei-Organica-do-Municipio-de-S%C3%A3o-Paulo.pdf](https://www.saopaulo.sp.leg.br/escoladoparlamento/wp-content/uploads/sites/5/2019/10/Apostila_Artigos-da-Lei-Organica-do-Municipio-de-S%C3%A3o-Paulo.pdf). Acesso em: 19 mar. 2022.

SCHLINDWEIN, André Felipe. **Transparência Digital no Poder Judiciário Brasileiro: Acesso a Informação e Controle Social nos Portais dos Tribunais de Justiça**. Universidade Federal do Paraná, 2019. Disponível em: <https://www.acervodigital.ufpr.br/handle/1884/62263>. Acesso em: 19 mar. 2022.

SCHOMMER, Paula Chies; NUNES, Jonas Tadeu; MORAES, Rubens Lima. **Accountability, controle social e coprodução do bem público: a atuação de vinte observatórios sociais brasileiros voltados à cidadania e à educação fiscal**. 2012.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/gestaopublica/article/download/245153/37037>. Acesso em: 19 mar. 2022.

Senado Federal. **LAI - Lei de Acesso a Informação. Brasil, 2011**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/transparencia/arquivos/sobre/cartilha-lai/>. Acesso em 20 mar. 2022.

SERENATA. **Projeto Serenata de amor**. 2016. Disponível em: <https://serenata.ai/about/>. Acesso em: 03 abr. 2022.

SILVA, Mauricio. **Fundamentos de HTML e CSS3**. Novatec. 2015. Disponível em: [https://www.google.com.br/books/edition/Fundamentos\\_de\\_HTML5\\_e\\_CSS3/2iPYCQAAQB-AJ?hl=pt-BR&gbpv=1&dq=html&printsec=frontcover](https://www.google.com.br/books/edition/Fundamentos_de_HTML5_e_CSS3/2iPYCQAAQB-AJ?hl=pt-BR&gbpv=1&dq=html&printsec=frontcover). Acesso 13 abr 2022.

SGORLON, C. **O acesso à informação pública como instrumento para a garantia de direitos**. 2015. Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP), 2015, 9 p. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo7/o-acesso-a-informacao-publica-como-instrumento-para-a-garantia-de-direitos.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2022.

THE PHP GROUP. **O que é o PHP?** PHP ORG, 2017. Disponível em: [https://www.php.net/manual/pt\\_BR/intro-what-is.php](https://www.php.net/manual/pt_BR/intro-what-is.php). Acesso em: 20 mar. 2022.

TORRES, Vitor. **HTML e seus Componentes**. Centro Universitário de Anápolis, 2018. Disponível em: <http://anais.unievangelica.edu.br/index.php/adalovelace/article/view/4652/2781>. Acesso em: 13 abr. 2022.

VIANA, James. Governança, Gestão de Riscos e Integridade. ENAD, 2019. Disponível em: [https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4281/1/5\\_Livro\\_Governan%C3%A7a%20Gest%C3%A3o%20de%20Riscos%20e%20Integridade.pdf](https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4281/1/5_Livro_Governan%C3%A7a%20Gest%C3%A3o%20de%20Riscos%20e%20Integridade.pdf). Acesso em: 02 jul. 2021.

WORDPRESS. **Nossa Missão**. 2022. Disponível em: <https://br.wordpress.org/about/>. Acesso em: 13 abr. 2022.

## APÊNDICE A – MANUAL DO USUÁRIO

### 1. Ícones ao lado do logo do site

[Pagina Inicial](#)   [Nossos vereadores](#)   [Como entrar em contato](#)   [Política de Cookies \(BR\)](#)

Os ícones apresentados ao lado do logo do site direcionarão o usuário a diferentes endereços com suas respectivas informações e interações que serão explicados no decorrer deste manual.

### 2. Link que direciona os usuários aos registros de atividades operadas e praticadas pelos vereadores de SBC do mandato de 2017-2020;



Ao clicar em “Veja mais”, o usuário será direcionado a uma página que conterà os registros de atividades dos vereadores de São Bernardo do Campo.

### 3. Os objetivos da plataforma para conhecimento do usuário/munícipe

#### Qual é objetivo deste site?

Nas últimas décadas a sociedade tem se manifestado cada vez mais para exercer seus direitos como cidadãos, devido à grande exposição por meio da internet e nas mídias em geral das atividades dos políticos, das contribuições e atribuições do poder legislativo, para saberem em quem votar para representá-los.

As pessoas recorrem a variedade de fontes que são facilmente possíveis de serem acessadas por meio eletrônico e de serem igualmente manipuláveis ou adulteráveis, dando origem a informações mentirosas ou popularmente conhecidas como fake news.

A proposta deste site tem como objetivo geral construir uma plataforma informativa sobre as atividades dos vereadores da câmara municipal de São Bernardo do Campo, referente ao mandato de 2017 a 2020, de uma forma clara e intuitiva. A grande maioria dos moradores da cidade desconhece as atividades, compromettimentos e realizações de seus representantes não reconhecendo o impacto disso para o bem social.

Os dados usados nesse site são públicos e podem ser encontrados no site oficial da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo.

Para reconhecimento e compreensão deste projeto, é apresentado ao usuário os objetivos da plataforma como forma de estruturar e edificar o

conhecimento dos munícipes quanto a política municipal e sua importância. Devido ao crescimento da capacidade de se compartilhar informações através das mídias sociais, e até muita das vezes pelas redes que não possuem uma base verdadeira e concreta quanto às informações apresentadas; o site leva o usuário a refletir quanto a profundidade de seus conhecimentos e noções em relação com aqueles que estão à frente de tal; procurando e utilizando uma plataforma de confiança, com dados reais quanto a verdadeira realização e cumprimentos por parte dos representantes que escolheram. Os dados coletados provêm da própria página oficial da cidade.

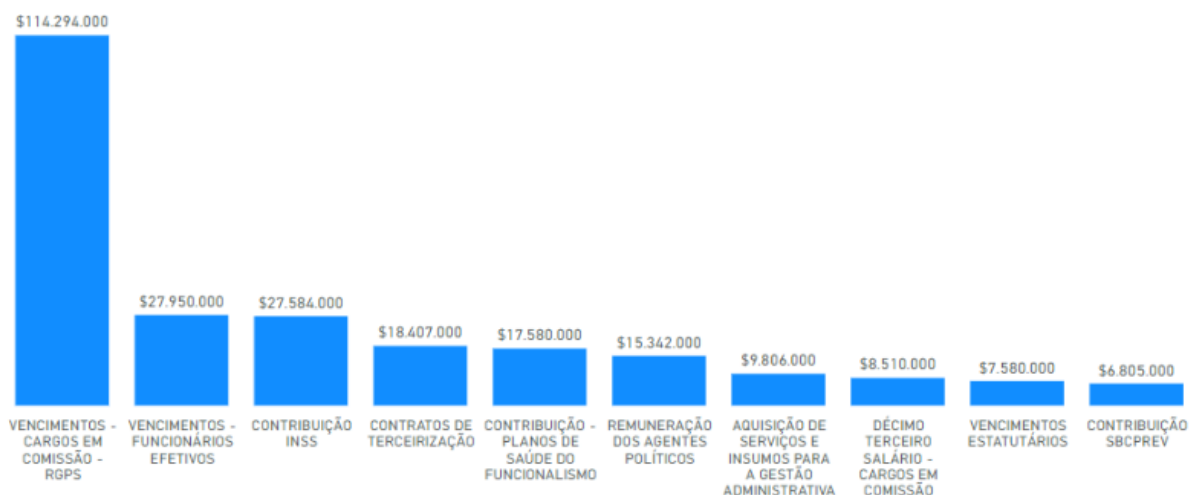
#### 4. Gráficos de “Dotação total por ano”



### Dotação total por ano

A dívida total das operações orçamentárias da cidade inclui empréstimos, contratos de arrendamento financeiro e qualquer outra forma de dívida que seja suportada pela própria cidade, instituições financeiras e todas as outras dívidas.

#### Top 10 - Dotação Total por categoria 2017-2020



Fonte: <https://trp.camarasbc.sp.gov.br/>, 2022

Como forma de edificar os conhecimentos do cidadão quanto aos gastos públicos feitos pelos vereadores e suas aplicações, é apresentado ao usuário a Dotação total do ano, em que Dotação é toda e qualquer verba prevista como despesa em orçamentos públicos e destinada a fins específicos.

## 5. “Como se manifestar”

### Como se manifestar



Interação do usuário/município para com a plataforma/câmara: através dos ícones e botões apresentados, a plataforma direcionará o usuário para FalaBr= Plataforma integrada de Ouvidoria e Acesso à informação, onde nesta página, o usuário será capaz de se apresentar de forma identificável ou anônima, tendo a possibilidade e livre acesso para denunciar, elogiar, reclamar, solicitar e sugerir serviços, melhorias, aprimoramentos, atendimentos, cumprimentos, desatenção e entre outros fatores que o levem a questionar a câmara com seus representantes.

## 6. Valores totais para gabinetes

### Valores totais para gabinetes

Total de pagamentos



R\$91.63 Milhões

Total líquido recebido



R\$66.78 Milhões

Total de descontos



R\$24.85 Milhões

São apresentadas mais informações acerca dos gastos e investimentos públicos, porém ligados a própria câmara juntamente com seus gabinetes.

7. Conheça seus representantes sua foto, seu nome, partido político e quantidade de votos recebidos durante a eleição. Também, logo abaixo, possui o botão “Veja Mais” que irá redirecionar o usuário a outra página com mais informações detalhadas sobre cada vereador.

## 8. Página Estadão

“Página Estadão” que o usuário é direcionado ao clicar em “Veja Mais” para obter informações mais detalhadas sobre o vereador(a).

The screenshot shows the profile of Alexander Mognon on the Estadão website. The page header includes the Estadão logo, 'POLÍTICA', 'Eleições 2020', and a 'broadcast' button. The profile name is 'Alex Mognon' with the number '45777' and the party 'PSDB'. Below the name is the email 'doecampanha@gmail.com' and a photo of Alexander Mognon with the label 'ELEITO'. To the right of the photo is a table of personal and professional information:

NOME COMPLETO	Alexander Mognon	GRAU DE INSTRUÇÃO	Superior Completo
Nº / PARTIDO	45777 / PSDB	OCUPAÇÃO	Servidor Público Estadual
NOME DO PARTIDO	Partido Da Social Democracia Brasileira	IDADE	47 (30/09/1973)
COLIGAÇÃO	PSDB	CIDADE DE NASC.	São Bernardo Do Campo
CARGO	Vereador	ESTADO CIVIL	Solteiro(A)
CIDADE	São Bernardo Do Campo	GÊNERO	Masculino
SITUAÇÃO	Apto	COR/RAÇA	Branca
DESPESA MAX. CAMPANHA	R\$ 318.454,34	BENS DECLARADOS	R\$ 1.468.000,00 VER DETALHADO

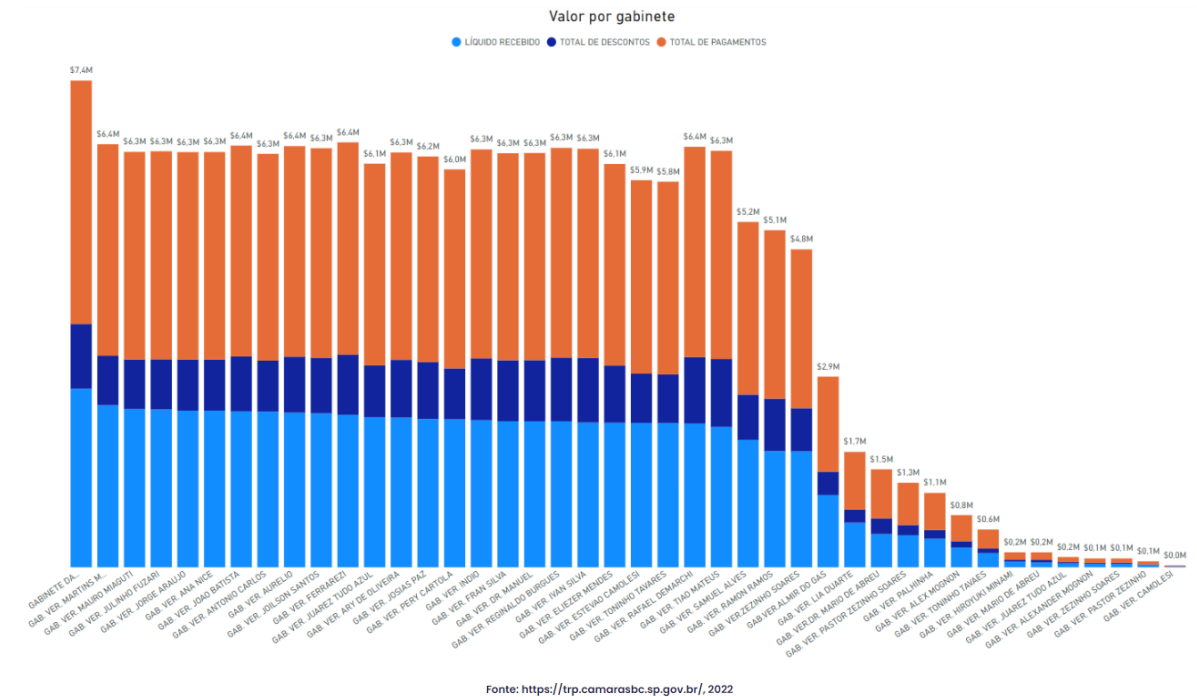
## 9. Vereadores Suplentes

The screenshot shows the 'Vereadores Suplentes' section on the Estadão website. It features a horizontal list of seven councilors, each with a small photo, name, and party affiliation. Below each name is a blue button labeled 'Veja Mais'.

Nome	Partido
Shell Gomes	SD
Almir Do Gás	PSDB
Ary De Oliveira	PSDB
Balduino Soares	SD
Lia Duarte	PSDB
Palhinha	Avante
Samuel Alves	PSDB

Após o conteúdo sobre os vereadores em serviço, é possível visualizar também os vereadores suplentes. Estes também fazem parte da Câmara Municipal e cada um também possui a sua foto e seu nome e seu partido político. Informações detalhadas a respeito de cada vereador suplente também poderá ser acessada através do botão “Veja Mais”.

## 10. Valor por gabinete



Logo abaixo das informações sobre os vereadores suplentes, é apresentado um gráfico de barras que trás a informação sobre o valor total dividido por gabinetes, separado por valor líquido, total de descontos e total de pagamentos.

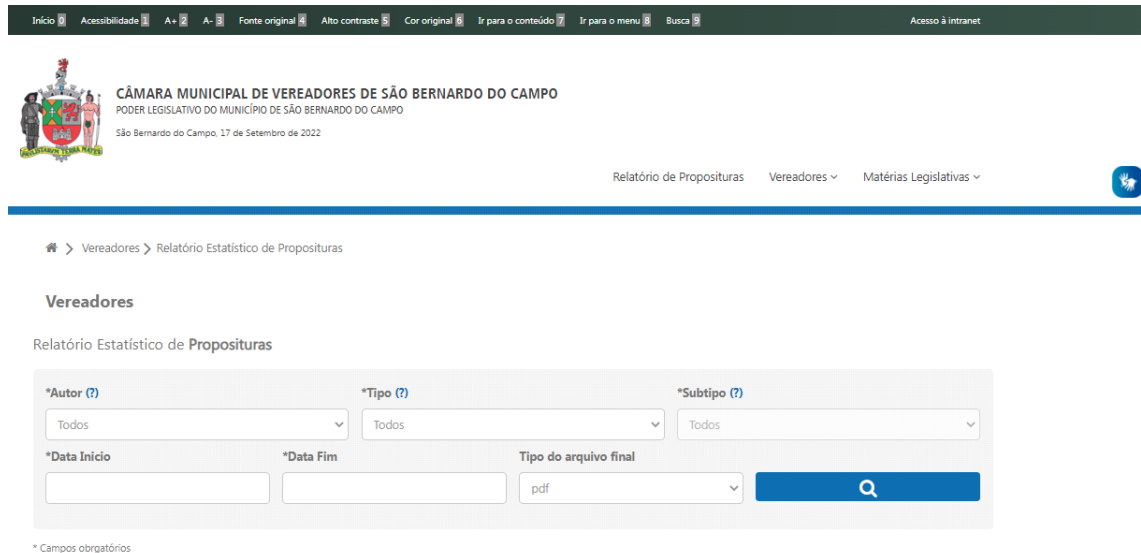
## 11. Conheça seus representantes




Ao fim da página é possível visualizar o título de “Conheça seus representantes”, que traz informações sobre o Relatório estatísticos de proposições disponível no portal de transparência da câmara municipal que pode ser acessado no botão “Relatório Estatístico De Proposituras”.



## 12. Página da Câmara municipal de São Bernardo do Campo sobre o Relatório Estatístico de Proposituras.



Início | Acessibilidade | A+ | A- | Fonte original | Alto contraste | Cor original | Ir para o conteúdo | Ir para o menu | Busca | Acesso à intranet

 **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO BERNARDO DO CAMPO**  
PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO  
São Bernardo do Campo, 17 de Setembro de 2022

Relatório de Proposituras | Vereadores ▾ | Matérias Legislativas ▾

☰ > Vereadores > Relatório Estatístico de Proposituras

### Vereadores

Relatório Estatístico de Proposituras

\*Autor (?)  \*Tipo (?)  \*Subtipo (?)

\*Data Início  \*Data Fim  Tipo do arquivo final

\* Campos obrigatórios

Ao clicar no botão “Relatório Estatístico De Proposituras”, o usuário será redirecionado a página da Câmara municipal de São Bernardo do Campo onde trará informações a respeito do Relatório Estatístico de Proposituras que possibilita acesso a informação das propostas e realizações de cada vereador(a), filtrando cada informação através dos campos disponíveis.

Ao entrar na página “Como entrar em contato”, é possível visualizar e endereço e horário de funcionamento da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo.



[Página Inicial](#) | [Nossos vereadores](#) | [Como entrar em contato](#)

### Como entrar em contato com seus representantes

Horário de Funcionamento: das 8h às 17h30

Fone: (11) 4331-4200

Praça Samuel Sabatini, nº 50

Cep: 09750-700

São Bernardo do Campo - SP

**As Sessões Ordinárias realizam-se às quartas-feiras, com início às 9h**

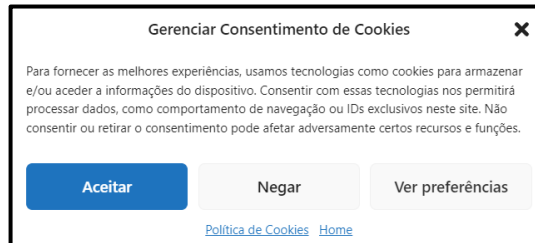
Logo abaixo, existe uma tabela com os departamentos, telefones e e-mails para contatos.

DEPARTAMENTO	TELEFONE	E-MAIL
Gabinete da Presidência	4331-4309	presidencia@camarasbc.sp.gov.br
Assessoria de Controle Interno	4331-4205	controladoria@camarasbc.sp.gov.br
Assessoria de Comunicação	4331-4302	comunicacao@camarasbc.sp.gov.br
Assessoria de Cerimonial	4331-4312	cerimonial@camarasbc.sp.gov.br
Secretaria Geral	3792-3140	secgeral@camarasbc.sp.gov.br
Ouvidoria	4331-4243	ouvidoria@camarasbc.sp.gov.br
e-SIC	4331-4229	sic@camarasbc.sp.gov.br
Serviço de Documentação e Pesquisa, Biblioteca e Arquivo Público	4331-4250	biblioteca@camarasbc.sp.gov.br
Assessoria de Informática	4331-4345	informatica@camarasbc.sp.gov.br
Secretaria Legislativa	4331-4251	diretoriadi@camarasbc.sp.gov.br
Subsecretaria de Assuntos Técnico-Legislativos	4331-4247	lshiose@camarasbc.sp.gov.br
Subsecretaria de Expediente Legislativo	4331-4254	explegislativo@camarasbc.sp.gov.br
Subsecretaria de Atos Oficiais	4331-4245	atosoficiais@camarasbc.sp.gov.br
Procuradoria Legislativa	3792-3122	dbaratela@camarasbc.sp.gov.br
	4331-3110	dsantos@camarasbc.sp.gov.br
	4331-3123	eferraz@camarasbc.sp.gov.br
	4331-4201	jverissimo@camarasbc.sp.gov.br
	4331-4224	juridicomagali@camarasbc.sp.gov.br
	4331-4226	smatos@camarasbc.sp.gov.br
4331-4343	juridicowilliam@camarasbc.sp.gov.br	
Secretaria Financeira	4331-4333	diretoriadf@camarasbc.sp.gov.br
Subsecretaria de Contabilidade e Finanças	4331-4265	despesa@camarasbc.sp.gov.br
Subsecretaria de Patrimônio e Frota	4331-4314	patrimonio@camarasbc.sp.gov.br
Subsecretaria de Suprimentos	4331-4210	suprimentos@camarasbc.sp.gov.br
Secretaria Administrativa	4331-4241	diretoriada@camarasbc.sp.gov.br
Subsecretaria de Recursos Humanos	4331-4236	peessoal@camarasbc.sp.gov.br

E após, um redirecionamento ao site da Câmara Municipal de Vereadores de São Bernardo do Campo.



Ao entrar no site ou ao chegar no fim da página o usuário receberá um pop-up pedindo a permissão para ceder a algumas informações sobre o acesso dele.



Ao selecionar preferências, o usuário pode escolher que tipo de dado ele gostaria de compartilhar e para o que eles são utilizados.



Ao selecionar o link sobre a política de cookies você será redirecionado à página onde há a explicação detalhada do que são cookies e como utilizamos eles seguindo todas as normas regulamentares da LGPD.

### 1. Introdução

Nosso site, <https://saobernardotransparente.com> (doravante: "o site") usa cookies e outras tecnologias relacionadas (por conveniência todas as tecnologias são referidas como "cookies"). Os cookies também são inseridos por terceiros que contratamos. No documento abaixo informamos sobre o uso de cookies em nosso site.

### 2. O que são cookies?

Um cookie é um arquivo pequeno e simples que é enviado junto com páginas deste site e armazenado pelo seu navegador no disco rígido do seu computador ou outro dispositivo. As informações armazenadas podem ser enviadas de volta aos nossos servidores ou aos servidores dos terceiros relevantes durante uma visita subsequente.

### 3. O que são scripts?

Um script é uma parte de código de programa usado para fazer nosso site funcionar de forma adequada e interativa. Este código é executado no nosso servidor ou no seu dispositivo.

Com as informações adquiridas pelo uso de cookies podemos analisar o número de acessos e de qual plataforma o usuário utilizou para acessá-lo, dividido entre computadores, celulares. Possibilitando assim, que site seja otimizado e aperfeiçoado com futuros updates para atender a maior demanda.

